

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.133/2025-RP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00009.20251017/0001-22

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço para aquisição de material de construção, para utilização no Programa de Habitação Popular "Construindo Sonhos", conforme prevê a Lei Municipal nº 1723/2025, para construção, reforma, ampliação, doação de material, para famílias em situação de risco, idosos, pessoas com deficiência, mulheres chefes de família, e demais grupos socialmente vulneráveis, sob a responsabilidade da Sec. de Assistência Social., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

SEQ	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	AREIA FINA	720,00	Metro Cúbico
	areia fina		
2	AREIA GROSSA	360,00	Metro Cúbico
	areia grossa		
3	BRITA 3/4	180,00	Metro Cúbico
	brita 3/4		
4	CIMENTO 50K	4.500,00	Saco
	cimento 50k		
5	TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19 CM	228.000,00	Unidade
	tijolo cerâmico furado 9x19x19 cm		
6	CAIBRO EM MADEIRA MISTA	1.080,00	Metro
	caibro em madeira mista		
7	RIPA EM MADEIRA MISTA	113.400,00	Metro
	ripa em madeira mista		
8	LINHA EM MADEIRA MISTA 6X12	3.000,00	Metro
	linha em madeira mista 6x12		
9	PREGO RIPAL	60,00	Quilograma
	prego ripal		
10	PREGO CAIBRAL	60,00	Quilograma
	prego caibral		



11	TELHA CERÂMICA	120.000,00	Unidade
telha cerâmica			
12	PORTA EM MADEIRA IPÊ, TIPO VENEZIANA, DIMENSÕES: 0,80 X 2,10. INCLUSO: FECHADURA COM 02 CHAVES; 03 DOBRADIÇAS; FORRA.	60,00	Unidade
porta em madeira ipê, tipo veneziana, dimensões: 0,80 x 2,10. incluso: fechadura com 02 chaves; 03 dobradiças; forra.			
13	PORTA PARANÁ 0,80 X 2,10	120,00	Unidade
porta paraná 0,80 x 2,10. incluso: fechadura com 02 chaves; 03 dobradiças; forra.			
14	PORTA PARANÁ 0,60 X 2,10	60,00	Unidade
porta paraná 0,60 x 2,10. incluso: fechadura; 03 dobradiças; forra			
15	JANELA EM MADEIRA 1,00 X 1,00. INCLUSO 4 DOBRADIÇAS; FORRA; 4 FERROLHOS	240,00	Unidade
janela em madeira 1,00 x 1,00. incluso 4 dobradiças; forra; 4 ferrolhos			
16	VITRÔ BASCULANTE EM ALUMINIO 0,40 X 0,40	60,00	Unidade
vitro basculante em aluminio 0,40 x 0,40			
17	CAIXA D'ÁGUA 500L	60,00	Unidade
caixa d'água 500l, com boia			
18	CANO 50MM 6M	60,00	Vara
cano 50mm 6m			
19	CANO 25MM 6M	240,00	Vara
cano 25mm 6m			
20	FLANGE DE 50	180,00	Unidade
flange de 50			
21	FLANGE DE 25	120,00	Unidade
flange de 25			
22	REGISTRO ESFERA 50	120,00	Unidade
registro esfera 50			
23	REGISTRO ESFERA 25	60,00	Unidade
registro esfera 25			
24	REDUÇÃO DE 50MM PARA 25MM	120,00	Unidade
redução de 50mm para 25mm			
25	JOELHO 25 P/ 1/2 BUCHA DE LATÃO	540,00	Unidade
joelho 25 p/ 1/2 bucha de latão			
26	JOELHO 50MM SOLD	120,00	Unidade
joelho 50mm sold			
27	JOELHO 25 MM SOLD	480,00	Unidade
joelho 25 mm sold			



28	REGISTRO GAVETA	120,00	Unidade
registro gaveta			
29	REGISTRO PRESSÃO	60,00	Unidade
registro pressão			
30	TÊ SOLDAVEL	60,00	Unidade
tê soldavel			
31	TÊ 25MM P/ BUCHA DE LATÃO	120,00	Unidade
tê 25mm p/ bucha de latão			
32	COLA PVC 75G	180,00	Tubo
cola pvc 75g			
33	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	120,00	Rolo
fita veda rosca 18mm x 50m			
34	CANO 100MM 6M	180,00	Unidade
cano 100mm 6m			
35	CANO 40MM 6M	120,00	Unidade
cano 40mm 6m			
36	CAIXA SIFONADA	120,00	Unidade
caixa sifonada			
37	JOELHO 40MM	240,00	Unidade
joelho 40mm			
38	JOELHO 100MM	300,00	Unidade
joelho 100mm			
39	ELETRODUTO GARGANTA 2500	1.800,00	Metro
eletroduto garganta 2500			
40	CAIXA MONOFÁSICA COM ACESSO PARA DISJUNTOR	60,00	Unidade
caixa monofásica com acesso para disjuntor			
41	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM AZUL. PEÇA C/ 100M	60,00	Peça
cabo flexível 2,5 mm azul. peça c/ 100m			
42	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM VERMELHO. PEÇA C/ 100M	60,00	Peça
cabo flexível 2,5 mm vermelho. peça c/ 100m			
43	CAIXA DE LUZ 4X2	900,00	Unidade
caixa de luz 4x2			
44	INTERRUPTOR SIMPLES, UMA TECLA	300,00	Unidade
interruptor simples, uma tecla			



45	PAFLON DE TETO COM SOQUETE DE PORCELANA	300,00	Unidade
paflon de teto com soquete de porcelana			
46	TOMADA SIMPLES 10A	600,00	Unidade
tomada simples 10a			
47	CERÂMICA BRANCA 46X46; CAIXA COM NO MÍNIMO 2,3M	1.320,00	Caixa
cerâmica branca 46x46; caixa com no mínimo 2,3m			
48	ARGAMASSA saco 20KG	1.020,00	Saco
argamassa saco 20kg			
49	REJUNTE CINZA	180,00	Quilograma
rejunte cinza			
50	LÂMPADA PERA SOQUETE 9W	300,00	Unidade
lâmpada pera soquete 9w			
51	CHUVEIRO, DUCHA FRIA	60,00	Unidade
chuveiro, ducha fria			
52	PIA SINTÉTICA PARA COZINHA. 1.20M. INCLUSO TORNEIRA	60,00	Unidade
pia sintética para cozinha. 1.20m. incluso torneira			
53	LAVATÓRIO PARA BANHEIRO, PLÁSTICO, COM PARAFUSOS E TORNEIRA	60,00	Unidade
lavatório para banheiro, plástico, com parafusos e torneira			
54	VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL	60,00	Unidade
vaso sanitário convencional			
55	TRELIÇAS TR-SI 8LL (LEVE) 8CM X 6M	780,00	Unidade
treliças tr-si 8ll (leve) 8cm x 6m			
56	TINTA LATEX. GALÃO 15L	240,00	Galão
tinta latex. galão 15l			
57	PORTA FICHER EM MADEIRA IPÊ, DIMENSÕES: 0,80 X 2,10. INCLUSO: FECHADURA COM 02 CHAVES; 01 FERROLHO, 04 DOBRADIÇAS; FORRA.	60,00	Unidade
porta ficher em madeira ipê, dimensões: 0,80 x 2,10. incluso: fechadura com 02 chaves; 01 ferrolho, 04 dobradiças; forra.			
58	MINI POSTE 1,5M, COM REX	60,00	Unidade
mini poste 1,5m, com rex			
59	DISJUNTOR 10A	60,00	Unidade
disjuntor 10a			
60	HASTE DE ATERRAMENTO 1,20M X 1/2, REVESTIMENTO EM COBRE	60,00	Unidade
haste de aterramento 1,20m x 1/2, revestimento em cobre			
61	Tubo para Caixa de Descarga com Curva 1,20m	60,00	Unidade
tubo para caixa de descarga com curva 1,20m			



62	CAIXA DE DESCARGA CONTROLADA. 9L	60,00	Unidade
caixa de descarga controlada. 9l			
63	ASSENTO SANITÁRIO, OVAL, FECHAMENTO COMUM.	60,00	Unidade
assento sanitário, oval, fechamento comum.			

LOTE 01 - GRANULARES E ESTRUTUR						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL	
1	AREIA FINA	720.0	Metro Cúbico	R\$ 96,15	R\$ 69.228,00	
Especificação: AREIA FINA						
2	AREIA GROSSA	360.0	Metro Cúbico	R\$ 128,20	R\$ 46.152,00	
Especificação: AREIA GROSSA						
3	BRITA 3/4	180.0	Metro Cúbico	R\$ 109,78	R\$ 19.760,40	
Especificação: BRITA 3/4						
4	CIMENTO 50K	4500.0	Saco	R\$ 40,86	R\$ 183.870,00	
Especificação: CIMENTO 50K						
5	TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19 CM	228000.0	Unidade	R\$ 1,31	R\$ 298.680,00	
Especificação: TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19 CM						
11	TELHA CERÂMICA	120000.0	Unidade	R\$ 1,38	R\$ 165.600,00	
Especificação: TELHA CERÂMICA						
45	CERÂMICA BRANCA 46X46; CAIXA COM NO MÍNIMO 2,3M	1320.0	Caixa	R\$ 122,11	R\$ 161.185,20	
Especificação: CERÂMICA BRANCA 46X46; CAIXA COM NO MÍNIMO 2,3M						
46	ARGAMASSA saco 20KG	1020.0	Saco	R\$ 29,89	R\$ 30.487,80	
Especificação: ARGAMASSA saco 20KG						
47	REJUNTE CINZA	180.0	Quilograma	R\$ 10,26	R\$ 1.846,80	
Especificação: REJUNTE CINZA						
53	TRELIÇAS TR-SI 8LL (LEVE) 8CM X 6M	780.0	Unidade	R\$ 30,67	R\$ 23.922,60	
Especificação: TRELIÇAS TR-SI 8LL (LEVE) 8CM X 6M						
57	TINTA LATEX. GALÃO 15L	240.0	Galão	R\$ 600,00	R\$ 144.000,00	
Especificação: TINTA LATEX. GALÃO 15L						
Valor total do lote R\$ 1.144.732,80 (um milhão, cento e quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e oitenta centavos)						



LOTE 02 - HIDRÁULICO E SANITÁRIO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
17	CAIXA D'ÁGUA 500L	60.0	Unidade	R\$ 756,67	R\$ 45.400,20
Especificação: CAIXA D'ÁGUA 500L, com BOIA					
18	CANO 50MM 6M	60.0	Vara	R\$ 148,00	R\$ 8.880,00
Especificação: CANO 50MM 6M					
19	CANO 25MM 6M	240.0	Vara	R\$ 45,21	R\$ 10.850,40
Especificação: CANO 25MM 6M					
20	FLANGE DE 50	180.0	Unidade	R\$ 53,55	R\$ 9.639,00
Especificação: FLANGE DE 50					
21	FLANGE DE 25	120.0	Unidade	R\$ 30,28	R\$ 3.633,60
Especificação: FLANGE DE 25					
22	REGISTRO ESFERA 50	120.0	Unidade	R\$ 32,49	R\$ 3.898,80
Especificação: REGISTRO ESFERA 50					
23	REGISTRO ESFERA 25	60.0	Unidade	R\$ 16,96	R\$ 1.017,60
Especificação: REGISTRO ESFERA 25					
24	REDUÇÃO DE 50MM PARA 25MM	120.0	Unidade	R\$ 8,59	R\$ 1.030,80
Especificação: REDUÇÃO DE 50MM PARA 25MM					
25	JOELHO 25 P/ 1/2 BUCHA DE LATÃO	540.0	Unidade	R\$ 7,93	R\$ 4.282,20
Especificação: JOELHO 25 P/ 1/2 BUCHA DE LATÃO					
26	JOELHO 50MM SOLD	120.0	Unidade	R\$ 5,62	R\$ 674,40
Especificação: JOELHO 50MM SOLD					
27	JOELHO 25 MM SOLD	480.0	Unidade	R\$ 2,31	R\$ 1.108,80
Especificação: JOELHO 25 MM SOLD					
28	REGISTRO GAVETA	120.0	Unidade	R\$ 114,81	R\$ 13.777,20
Especificação: REGISTRO GAVETA					
29	REGISTRO PRESSÃO	60.0	Unidade	R\$ 88,28	R\$ 5.296,80
Especificação: REGISTRO PRESSÃO					
30	TÊ SOLDAVEL	60.0	Unidade	R\$ 6,36	R\$ 381,60
Especificação: TÊ SOLDAVEL					
31	TÊ 25MM P/ BUCHA DE LATÃO	120.0	Unidade	R\$ 16,46	R\$ 1.975,20
Especificação: TÊ 25MM P/ BUCHA DE LATÃO					
32	CANO 100MM 6M	180.0	Unidade	R\$ 149,90	R\$ 26.982,00
Especificação: CANO 100MM 6M					



33	CANO 40MM 6M	120.0	Unidade	R\$ 54,91	R\$ 6.589,20
Especificação: CANO 40MM 6M					
34	CAIXA SIFONADA	120.0	Unidade	R\$ 27,70	R\$ 3.324,00
Especificação: CAIXA SIFONADA					
35	JOELHO 40MM	240.0	Unidade	R\$ 9,39	R\$ 2.253,60
Especificação: JOELHO 40MM					
36	JOELHO 100MM	300.0	Unidade	R\$ 11,96	R\$ 3.588,00
Especificação: JOELHO 100MM					
49	CHUVEIRO, DUCHA FRIA	60.0	Unidade	R\$ 23,58	R\$ 1.414,80
Especificação: CHUVEIRO, DUCHA FRIA					
50	PIA SINTÉTICA PARA COZINHA. 1.20M. INCLUSO TORNEIRA	60.0	Unidade	R\$ 210,07	R\$ 12.604,20
Especificação: PIA SINTÉTICA PARA COZINHA. 1.20M. INCLUSO TORNEIRA					
51	LAVATÓRIO PARA BANHEIRO, PLÁSTICO, COM PARAFUSOS E TORNEIRA	60.0	Unidade	R\$ 99,88	R\$ 5.992,80
Especificação: LAVATÓRIO PARA BANHEIRO, PLÁSTICO, COM PARAFUSOS E TORNEIRA					
52	VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL	60.0	Unidade	R\$ 228,60	R\$ 13.716,00
Especificação: VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL					
59	Tubo para Caixa de Descarga com Curva 1,20m	60.0	Unidade	R\$ 15,16	R\$ 909,60
Especificação: Tubo para Caixa de Descarga com Curva 1,20m					
60	CAIXA DE DESCARGA CONTROLADA. 9L	60.0	Unidade	R\$ 70,30	R\$ 4.218,00
Especificação: CAIXA DE DESCARGA CONTROLADA. 9L					
61	ASSENTO SANITÁRIO, OVAL, FECHAMENTO COMUM.	60.0	Unidade	R\$ 441,63	R\$ 26.497,80
Especificação: ASSENTO SANITÁRIO, OVAL, FECHAMENTO COMUM.					
62	COLA PVC 75G	180.0	Tubo	R\$ 12,68	R\$ 2.282,40
Especificação: COLA PVC 75G					
63	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	120.0	Rolo	R\$ 8,89	R\$ 1.066,80
Especificação: FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M					
Valor total do lote R\$ 223.285,80 (duzentos e vinte e três mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos)					

LOTE 03 - ELÉTRICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
37	ELETRODUTO GARGANTA 2500	1800.0	Metro	R\$ 2,47	R\$ 4.446,00
Especificação: ELETRODUTO GARGANTA 2500					
38	CAIXA MONOFÁSICA COM ACESSO PARA DISJUNTOR	60.0	Unidade	R\$ 118,81	R\$ 7.128,60
Especificação: CAIXA MONOFÁSICA COM ACESSO PARA DISJUNTOR					



39	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM AZUL. PEÇA C/ 100M	60.0	Peça	R\$ 448,34	R\$ 26.900,40
Especificação: CABO FLEXÍVEL 2,5 MM AZUL. PEÇA C/ 100M					
40	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM VERMELHO. PEÇA C/ 100M	60.0	Peça	R\$ 448,34	R\$ 26.900,40
Especificação: CABO FLEXÍVEL 2,5 MM VERMELHO. PEÇA C/ 100M					
41	CAIXA DE LUZ 4X2	900.0	Unidade	R\$ 2,34	R\$ 2.106,00
Especificação: CAIXA DE LUZ 4X2					
42	INTERRUPTOR SIMPLES, UMA TECLA	300.0	Unidade	R\$ 13,97	R\$ 4.191,00
Especificação: INTERRUPTOR SIMPLES, UMA TECLA					
43	PAFLON DE TETO COM SOQUETE DE PORCELANA	300.0	Unidade	R\$ 5,88	R\$ 1.764,00
Especificação: PAFLON DE TETO COM SOQUETE DE PORCELANA					
44	TOMADA SIMPLES 10A	600.0	Unidade	R\$ 7,07	R\$ 4.242,00
Especificação: TOMADA SIMPLES 10A					
48	LÂMPADA PERA SOQUETE 9W	300.0	Unidade	R\$ 6,93	R\$ 2.079,00
Especificação: LÂMPADA PERA SOQUETE 9W					
54	MINI POSTE 1,5M, COM REX	60.0	Unidade	R\$ 53,85	R\$ 3.231,00
Especificação: MINI POSTE 1,5M, COM REX					
55	DISJUNTOR 10A	60.0	Unidade	R\$ 18,30	R\$ 1.098,00
Especificação: DISJUNTOR 10A					
56	HASTE DE ATERRAMENTO 1,20M X 1/2, REVESTIMENTO EM COBRE	60.0	Unidade	R\$ 29,38	R\$ 1.762,80
Especificação: HASTE DE ATERRAMENTO 1,20M X 1/2, REVESTIMENTO EM COBRE					
Valor total do lote R\$ 85.849,20 (oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)					

LOTE 04 - MADEIRA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
6	CAIBRO EM MADEIRA MISTA	1080.0	Metro	R\$ 7,67	R\$ 8.283,60
Especificação: CAIBRO EM MADEIRA MISTA					
7	RIPA EM MADEIRA MISTA	113400.0	Metro	R\$ 4,95	R\$ 561.330,00
Especificação: RIPA EM MADEIRA MISTA					
8	LINHA EM MADEIRA MISTA 6X12	3000.0	Metro	R\$ 37,87	R\$ 113.610,00
Especificação: LINHA EM MADEIRA MISTA 6X12					
9	PREGO RIPAL	60.0	Quilograma	R\$ 36,63	R\$ 2.197,80
Especificação: PREGO RIPAL					
10	PREGO CAIBRAL	60.0	Quilograma	R\$ 35,07	R\$ 2.104,20
Especificação: PREGO CAIBRAL					
12	PORTA EM MADEIRA IPÊ, TIPO	60.0	Unidade	R\$ 950,00	R\$ 57.000,00



	VENEZIANA, DIMENSÕES: 0,80 X 2,10. INCLUSO: FECHADURA COM 02 CHAVES; 03 DOBRADIÇAS; FORRA.				
Especificação: PORTA EM MADEIRA IPÊ, TIPO VENEZIANA, DIMENSÕES: 0,80 X 2,10. INCLUSO: FECHADURA COM 02 CHAVES; 03 DOBRADIÇAS; FORRA.					
13	PORTA PARANÁ 0,80 X 2,10	120.0	Unidade	R\$ 343,20	R\$ 41.184,00
Especificação: PORTA PARANÁ 0,80 X 2,10. INCLUSO: FECHADURA COM 02 CHAVES; 03 DOBRADIÇAS; FORRA.					
14	PORTA PARANÁ 0,60 X 2,10	60.0	Unidade	R\$ 306,13	R\$ 18.367,80
Especificação: PORTA PARANÁ 0,60 X 2,10. INCLUSO: FECHADURA; 03 DOBRADIÇAS; FORRA					
15	JANELA EM MADEIRA 1,00 X 1,00. INCLUSO 4 DOBRADIÇAS; FORRA; 4 FERROLHOS	240.0	Unidade	R\$ 288,57	R\$ 69.256,80
Especificação: JANELA EM MADEIRA 1,00 X 1,00. INCLUSO 4 DOBRADIÇAS; FORRA; 4 FERROLHOS					
16	VITRÔ BASCULANTE EM ALUMINIO 0,40 X 0,40	60.0	Unidade	R\$ 248,63	R\$ 14.917,80
Especificação: VITRÔ BASCULANTE EM ALUMINIO 0,40 X 0,40					
58	PORTA FICHER EM MADEIRA IPÊ, DIMENSÕES: 0,80 X 2,10. INCLUSO: FECHADURA COM 02 CHAVES; 01 FERROLHO, 04 DOBRADIÇAS; FORRA.	60.0	Unidade	R\$ 516,00	R\$ 30.960,00
Especificação: PORTA FICHER EM MADEIRA IPÊ, DIMENSÕES: 0,80 X 2,10. INCLUSO: FECHADURA COM 02 CHAVES; 01 FERROLHO, 04 DOBRADIÇAS; FORRA.					
Valor total do lote R\$ 919.212,00 (novecentos e dezenove mil, duzentos e doze reais)					

Valor total R\$ 2.373.079,80 (dois milhões, trezentos e setenta e três mil e setenta e nove reais e oitenta centavos)

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.
 - 1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.373.079,80 (dois milhões, trezentos e setenta e três mil e setenta e nove reais e oitenta centavos)
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: AV. MONSENHOR GONÇALO EUFRÁSIO, 962, CENTRO, Ubajara / CE.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando

houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

- 8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$.

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC),

será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Em atendimento ao § 3º do art. 86, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, será permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública, permitindo a ampliação do acesso às condições contratuais vantajosas já negociadas, em conformidade com as disposições legais vigentes.

11.1.1. A adesão à ata de registro de preços configura uma estratégia administrativa que visa ampliar a eficiência e promover a economicidade nas contratações públicas. Esta decisão está alinhada com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal e reiterado pelos Acórdãos 224/2020, 2736/2023 e 2822/2021 do Tribunal de Contas da União (TCU).

A opção pela adesão não é meramente procedimental, mas uma escolha estratégica que requer uma justificação clara e robusta. Nesse sentido, a adesão deve ser precedida por uma análise criteriosa do mercado e uma avaliação das vantagens econômicas, garantindo que as condições obtidas através do registro de preços sejam, de fato, as mais vantajosas para a Administração Pública. Esta análise deve considerar não apenas os custos diretos, mas também os benefícios de longo prazo, como a redução de tempo e recursos despendidos em múltiplas licitações.



Além disso, a adesão deve estar em harmonia com os objetivos estratégicos do órgão ou entidade, contribuindo para a otimização de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A transparência do processo é fundamental e deve ser assegurada pela divulgação de todos os atos, garantindo que a adesão à ata de registro de preços ocorra de forma aberta e acessível a todos os interessados.

Em conformidade com os precedentes do TCU, a inclusão de cláusula de adesão no edital deve ser motivada de forma explícita, detalhando como essa escolha se alinha à busca pela eficiência administrativa e quais benefícios específicos são esperados. Tal motivação reforça o compromisso com a gestão fiscal responsável e com a obtenção de valor para o dinheiro público.

Portanto, a adesão à ata de registro de preços, quando bem fundamentada e justificada, representa uma prática alinhada à busca constante pela eficiência na Administração Pública, proporcionando economia, agilidade e qualidade na contratação de bens e serviços, sempre em prol do interesse público.

Ubajara/CE,